



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

1 **ATA da 39ª Sessão Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa da 51ª Legislatura da**
2 **Câmara Municipal de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.** Aos 9 (nove) dias do mês de
3 setembro de 2020 (dois mil e vinte), no **PLENÁRIO VIRTUAL**, às dez horas, assumiu
4 a Presidência o Vereador Dr. Eduardo Cardoso Gonçalves da Silva (Dr. Eduardo).
5 Ocupou a 1ª Vice-Presidência o Vereador Júlio César de Barros (Julinho do Aeroporto)
6 e a 2ª Vice-Presidência o Vereador Dr. Luiz Fernando Borba Pessanha (Dr. Luiz
7 Fernando) e como 1º e 2º Secretários os Vereadores Dr. Márcio Soares Bittencourt (Dr.
8 Márcio Bittencourt) e Renata Thomaz de Oliveira (Renata Paes). **Presença Virtual dos**
9 **demais Vereadores:** Alan Mansur Pereira (Alan Mansur), Cristiano de Almeida Silveira
10 (Cristiano Gelinho), George Coutinho Jardim (George Jardim), José Franco de Muros
11 (José Prestes), Marcel Silvano da Silva Souza (Marcel Silvano), Marvel Paolino Maillet
12 (Marvel Maillet), Nilton César Pereira Moreira (Cesinha com todo Gás), Paulo Fernando
13 Martins Antunes (Paulo Antunes), Robson Oliveira Constantino (Robson Oliveira) e
14 Valdemir da Silva Souza (Val Barbeiro). **Vereadores Ausentes:** Carlos Augusto Garcia
15 Assis (Guto Garcia) e Maxwell Souto Vaz (Maxwell Vaz). Feita a chamada, comprovado
16 número legal, o Sr. Presidente, em nome de Deus, deu início à Sessão. Em Questão de
17 Ordem, Julinho do Aeroporto requereu um minuto de silêncio, ao final da sessão, pelo
18 falecimento do Sr. Hélio Inácio da Silva que trabalhou nesta Casa, de garçom, na gestão
19 de Paulo Antunes. Dando prosseguimento aos trabalhos, foi iniciada a **ORDEM DO**
20 **DIA.** Em primeira discussão, Projeto de Lei nº L-124/2019 do Vereador Cristiano
21 Gelinho – Dispõe sobre a proibição de construção de usinas hidrelétricas no Município
22 de Macaé. Em Questão de Ordem, Cristiano Gelinho solicitou que a primeira discussão
23 valha para a segunda. O Sr. Presidente sugeriu seguir os trâmites legais. Explicou que em
24 uma sessão extraordinária o público tem que saber o que vão votar. Na pauta de hoje não
25 constava que iriam votar esta matéria. Então, será preciso que votem na próxima semana.
26 Não havendo quem queira discutir, o Sr. Presidente informou que o Projeto de Lei voltará
27 na próxima semana para segunda discussão e votação. Em Questão de Ordem, Dr. Luiz
28 Fernando disse que semana passada cogitou um nome de rua para ser votado, e a
29 informação foi de que teria que fazer a portaria, mas ele não viu portaria nenhuma e de
30 repente entra um projeto de lei. Está sem entender e pediu que o Sr. Presidente explicasse.
31 O Sr. Presidente perguntou que portaria de nome de rua é essa. Em Questão de Ordem,
32 Dr. Luiz Fernando explicou que para fazer isso teria que mudar. Então, estavam votando
33 apenas requerimentos e de repente entrou este projeto de lei. O Sr. Presidente esclareceu
34 que não precisa de regulamentação para votar projeto de lei, não. Em Questão de Ordem,
35 Dr. Luiz Fernando ressaltou que foi a informação que o Presidente deu a semana passada.
36 O Sr. Presidente respondeu que estava equivocado e podem votar projeto de lei, sim. Em
37 Questão de Ordem, Dr. Luiz Fernando agradeceu. Em Questão de Ordem, Marvel Maillet
38 disse que também teve dúvida parecida. Nada contra o projeto entrar agora, pois é

Página 1 de 10

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/n. Bairro Virgem Santa

Macaé-RJ. CEP: 27.948-010
Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: secretaria@cmmacaee.rj.gov.br

Taquígrafa Legislativa: Eliane Viana Moreira Daher
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

39 importante, mas ele não consta na pauta que foi publicada. O Presidente informou que
40 consta sim, foi feita a convocação. Em Questão de Ordem, Marvel Maillet solicitou que
41 a Secretaria da Casa enviasse novamente para ele, pois a que recebeu não constava esse
42 projeto de lei. Após confirmação por parte de vários vereadores, o Sr. Presidente frisou
43 que todos receberam. Em Questão de Ordem, Marvel Maillet acrescentou que menos ele.
44 O Sr. Presidente expôs que a Secretaria afirma que enviou ontem. Em Questão de Ordem,
45 Paulo Antunes comentou que também está no sistema. Pela Ordem, Marvel Maillet falou
46 que sabe que a pauta é publicada uma semana antes, mas se o Presidente acabou de dizer
47 que a secretaria enviou ontem, já está fora do normal, mas não tem problema nenhum. O
48 Sr. Presidente informou ao Vereador Marvel que a pauta está publicada no jornal, uma
49 semana antes. Ontem o Vereador pediu à Secretaria e por isso ela enviou ontem. Em
50 Questão de Ordem, Marvel Maillet reforçou que está com a pauta na mão desde quando
51 foi publicada e não consta esse projeto de lei. Mas, ele não será o impedor e podem
52 continuar, pois é importante. Em Questão de Ordem, Robson Oliveira pediu para registrar
53 sua presença. Em Questão de Ordem, Marcel Silvano disse que para fazer justiça com os
54 servidores da Secretaria, acompanha o Diário Oficial Eletrônico e havia três convocações
55 para as Sessões Extraordinárias desta semana: as pautas de ontem e mais duas, sendo uma
56 dessas duas exclusivamente sobre esse projeto de lei. Talvez tenha faltado um cuidado no
57 olhar dos vereadores, mas estava convocado sim, tanto que ele se mobilizou, conversou
58 com Cristiano Gelinho para saber o que ele estava pensando. Portanto, havia sim, na
59 previsão da pauta, a convocação. O Sr. Presidente repetiu a Marvel Maillet que foi
60 publicada sim, e até isoladamente para Sessão de hoje, uma semana atrás. Falou que para
61 afirmar, vai mandar agora para o Vereador Marvel Maillet. Em discussão, o
62 Requerimento nº 127/2020 do Vereador Julinho do Aeroporto - Requer ao Sr. Prefeito
63 que promova estudos para regulamentar nos termos da Lei um AUXÍLIO PECUNIÁRIO
64 para todos os segmentos da sociedade que trabalham com eventos. Em Questão de Ordem,
65 Julinho do Aeroporto requereu a retirada deste requerimento. O Requerimento foi retirado
66 a pedido do autor. Em discussão, Requerimento nº 153/2020 do Vereador Marcel Silvano
67 - Requer ao Sr. Prefeito, tendo em vista a suspensão das aulas em virtude da pandemia de
68 covid-19, solicitar informações sobre as medidas de contenção de despesas que estão
69 sendo tomadas pelo Município para suprimir pagamentos às empresas prestadoras de
70 serviços à educação que estejam com tais serviços prejudicados neste período. Em
71 Questão de Ordem, Marcel Silvano requereu a retirada deste requerimento. O
72 Requerimento foi retirado a pedido do autor. Em discussão, Requerimento nº 259/2020
73 do Vereador Paulo Antunes – Requer ao Sr. Sr. Prefeito que viabilize junto à Secretaria
74 de Saúde, a realização de mutirão de testagem do coronavírus que contemple Bosque
75 Azul, Ajuda de Baixo, Ajuda de Cima, Verdes Mares, Piracema e bairros adjacentes. Com
76 a palavra, o Vereador Paulo Antunes explicou que os bairros mencionados no

Página 2 de 10



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

77 requerimento têm uma população muito grande e nenhum deles fez a testagem. Seu
78 pedido é que a Secretária de Saúde possa fazer a testagem nesses bairros o mais rápido
79 possível. Em Votação Nominal, o Requerimento nº 259/2020 foi aprovado, por
80 unanimidade, com os votos favoráveis dos Vereadores: Alan Mansur Pereira, Cristiano
81 de Almeida Silveira, Dr. Luiz Fernando Borba Pessanha, Dr. Márcio Soares Bittencourt,
82 George Coutinho Jardim, José Franco de Muros, Júlio César de Barros, Marcel Silvano
83 da Silva Souza, Marvel Paolino Maillet, Nilton César Moreira Pereira, Paulo Fernando
84 Martins Antunes, Renata Thomaz de Oliveira, Robson Oliveira Constantino e Valdemir
85 da Silva Souza. Em discussão, Requerimento nº 332/2020 do Vereador Dr. Márcio
86 Bittencourt – Requer ao Sr. Prefeito informações referentes à fiscalização dos postos de
87 combustível, que não reduziram o preço do GNV após redução de 19,2% feita pela
88 Distribuidora Naturgy. Com a palavra, o Vereador Dr. Márcio Bittencourt explicou que
89 o requerimento solicita uma fiscalização do PROCON porque em Macaé não houve
90 nenhuma redução no preço do gás, diferentemente do que aconteceu em outros
91 municípios. Em Votação Nominal, o Requerimento nº 332/2020 foi aprovado por
92 unanimidade, com os votos favoráveis dos Vereadores: Alan Mansur Pereira, Cristiano
93 de Almeida Silveira, Dr. Luiz Fernando Borba Pessanha, Dr. Márcio Soares Bittencourt,
94 George Coutinho Jardim, José Franco de Muros, Júlio César de Barros, Marcel Silvano
95 da Silva Souza, Marvel Paolino Maillet, Nilton César Moreira Pereira, Paulo Fernando
96 Martins Antunes, Renata Thomaz de Oliveira, Robson Oliveira Constantino e Valdemir
97 da Silva Souza. Em discussão, o Requerimento nº 367/2020 do Vereador Robson Oliveira
98 - Requer que à Secretaria Municipal de Saúde informe o motivo pelo qual as
99 especialidades médicas estão sendo descontinuadas nas Unidades de Saúde de
100 Atendimento Básico, como ESFs, UBSs, UPAs e PSFs existentes no Município de
101 Macaé. Com a palavra, os Vereadores: Robson Oliveira explicou que em alguns postos
102 de Saúde havia atendimento de cardiologia, geriatria, ortopedia, pediatria, angiologia e
103 não há mais. Neste requerimento, solicita à Secretaria de Saúde que retome com esses
104 serviços, já que o Ministério da Saúde orienta que atendimentos como esses, de
105 especialidades, estejam mais próximos da população e nos postos de Saúde. Dr. Márcio
106 Bittencourt disse que a Secretaria de Saúde fez uma opção pela centralização da Saúde,
107 tendo levado a maior parte das especialidades médicas, como ginecologia e infectologia
108 para o Dona Alba; e levou a ortopedia para a UPA da Barra. Nesse momento de pandemia,
109 acha equivocada a centralização, pois provoca concentração da população em
110 determinados locais, com maior risco para a covid-19. Acha que as Unidades de Saúde
111 da Família têm que ser mais valorizadas. Foi feita fiscalização pela Comissão da Saúde e
112 a maioria dos postos de Saúde da ESF estão em situação ruim. O Sr. Presidente solicitou
113 ao 1º Secretário que lesse o requerimento novamente. Após, o Sr. Presidente comentou
114 que nos Postos de Saúde de Estratégia da Família, programa do governo federal, não

Página 3 de 10

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/n. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010

Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: secretaria@cmmacaee.rj.gov.br

Taquígrafa Legislativa: Eliane Viana Moreira Daher

Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

115 constam especialidades. Se colocar especialista, distorce o programa. Os especialistas são
116 unidades de referência e são encaminhados pelo clínico do ESF. Portanto, as equipes das
117 Unidades de Saúde têm que ter médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e os agentes.
118 É um outro programa, por isso não tem especialista. Assim sendo, discorda dos colegas
119 que abordaram a necessidade de especialista. Como existem outras unidades, cabe o
120 requerimento do vereador, excluindo a ESF. Em Aparte, Dr. Márcio Bittencourt
121 concordou com o Sr. Presidente, Dr. Eduardo, e acrescentou que Robson Oliveira citou
122 as outras. Houve grande centralização no Dona Alba, que não havia na época do Dr.
123 Eduardo. Havia Programa de Ginecologia e Obstetrícia, Núcleo de Atenção à Mulher e
124 foram levados para o D. Alba. Voltando com a palavra, o Sr. Presidente, Dr. Eduardo,
125 disse que só discorda das ESFs. O Dona Alba tem que ter um, dois, três, cinco, dez,
126 quantos possíveis e alguma unidade mista. Sobre o requerimento, só discorda do
127 Estratégia da Saúde da Família, mas o resto está tudo normal, e é isso mesmo, precisam
128 de alguma forma melhorar a descentralização, ficar mais próximo do cidadão. Fica mais
129 fácil quando há lugares certos para encaminhar. Frisou que é um negócio para discutir na
130 gestão da saúde, que é muito complexa, não é fácil, e tem sido bem conduzida em Macaé.
131 Em Votação Nominal, o Requerimento nº 367/2020 foi aprovado por unanimidade, com
132 os votos favoráveis dos Vereadores: Alan Mansur Pereira, Cristiano de Almeida Silveira,
133 Dr. Luiz Fernando Borba Pessanha, Dr. Márcio Soares Bittencourt, George Coutinho
134 Jardim, José Franco de Muros, Júlio César de Barros, Marcel Silvano da Silva Souza,
135 Marvel Paolino Maillet, Nilton César Moreira Pereira, Paulo Fernando Martins Antunes,
136 Renata Thomaz de Oliveira, Robson Oliveira Constantino e Valdemir da Silva Souza. O
137 Sr. 1º Secretário informou o Sr. Presidente que vai retirar o próximo requerimento que é
138 do Vereador Maxwell Vaz, e ele não está presente. O Sr. Presidente concordou. Em
139 discussão, Requerimento nº 383/2020 do Vereador Marvel Maillet – Requer ao Sr.
140 Prefeito informações quanto à criação de um projeto de lei que isenta o pagamento de
141 IPTU, alvará e vigilância sanitária das escolas de ensino privado do Município para o ano
142 de 2021. Com a palavra, os Vereadores: Marvel Maillet explicou que os proprietários de
143 escolas particulares estão sofrendo muito com a inadimplência, pelo fato de as aulas não
144 estarem acontecendo. Até a pré-matrícula está difícil porque não sabem quando terão uma
145 vacina. Esteve em reunião com alguns professores, donos de escolas, e eles pediram que
146 fosse solicitado ao prefeito um projeto de lei para isenção do IPTU, taxa de vigilância
147 sanitária e alvará do ano de 2021, para que possam manter seus estabelecimentos. Dessa
148 forma, fez o Requerimento pedindo isso ao Prefeito. Paulo Antunes disse que sente muito,
149 mas não pode votar a favor deste requerimento, porque o município não pode *abrir mão*
150 de receita. Esclareceu que quando pediu auxílio para os taxistas, não estava pedindo ao
151 Prefeito para deixar de arrecadar, diferentemente do que ocorre quando se pede isenção
152 de IPTU, alvará e a taxa de vigilância sanitária. Em Aparte, Cristiano Gelinho disse que

Página 4 de 10

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/n. Bairro Virgem Santa
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010
Telefone/Fax (022) 2772-4681
E-mail: secretaria@cmmacaee.rj.gov.br
Taquígrafa Legislativa: Eliane Viana Moreira Daher
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

153 seu filho estuda em escola particular, mas ele continua pagando mensalidade, e assim não
154 houve perda. Ficou confuso com esse requerimento porque não terá como votar a favor
155 se as instituições estão recebendo a mensalidade. Há instituições muito mais
156 depauperadas economicamente do que as escolas. Voltando com a palavra, Paulo Antunes
157 disse que suas netas também estudam em escolas particulares e estão pagando. *Então, por*
158 *que isentar?* Além disso, o município não pode *abrir mão* de receita. Lamentavelmente
159 votará contra. Em Aparte, Marvel Maillet disse que vai continuar com o requerimento
160 porque vê juridicamente que a Prefeitura pode *abrir mão* de receita, não através dos
161 projetos dos vereadores, mas sim dos projetos do Prefeito, do Executivo. Se ele enviar
162 projeto para aprovarem, não haverá problema nenhum, assim como não houve quando ele
163 ofereceu verba para os funcionários do comércio. Voltando com a palavra, Paulo Antunes
164 disse a Marvel Maillet que em seu requerimento ele não pede ao Prefeito que envie à
165 Câmara uma mensagem para isentar. O Vereador pediu direto que o Prefeito isentasse e
166 isso é diferente. Comentou que as escolas continuam recebendo dos alunos. Em Questão
167 de Ordem, Marvel Maillet esclareceu ao Vereador Paulo Antunes que em seu
168 requerimento ele pede ao prefeito que encaminhe projeto de lei para a Câmara e não está
169 solicitando que ele *abra mão*, não. É bem claro o requerimento solicitando ao Prefeito,
170 Dr. Aluízio, informações quanto à criação de projeto de lei que isente o pagamento de
171 IPTU, alvará. Disse ao Sr. Presidente que é só para o Paulo Antunes ficar atento com o
172 que está escrito, pois em momento nenhum quer sobrepor-se à lei. Fez da forma correta,
173 solicitando ao Prefeito, e se ele achar que é viável, que envie o projeto de lei. Em Questão
174 de Ordem, Paulo Antunes disse ao Vereador Marvel Maillet que se as escolas particulares
175 continuam recebendo dos seus alunos, votará contrário ao requerimento. O Sr. Presidente,
176 Dr. Eduardo, falou que entende também que o Vereador Marvel Maillet sugeriu que o
177 Projeto de Lei venha, não tem problema nenhum, só não poderia ser para o Prefeito
178 Aluízio, pois sendo em ano eleitoral, ele não pode fazer esse tipo de projeto que beneficia
179 uma categoria, porque sugere um beneficiamento em ano eleitoral, então, esse tipo de lei
180 talvez possa vir em 2021 mesmo, mas não pode ser votada este ano, porque é ano eleitoral.
181 Sua pessoa tem quase convicção de que no ano eleitoral não se pode abrir mão de taxas e
182 tributos. Em Questão de Ordem, Cristiano Gelinho falou ao Sr. Presidente que não sabe
183 se isso seria um impedimento porque o Prefeito não é candidato a nada. Não está
184 afirmando, mas acredita que as atribuições dele continuam normais e sob o olhar da
185 justiça também. O Sr. Presidente, Dr. Eduardo, respondeu que entende que mesmo o
186 prefeito não sendo candidato há impedimento, sim, porque ele vai apoiar alguém. O
187 partido dele vai lançar alguém, ele vai ter interesse na campanha. Então, entende que há
188 influência sim. O Prefeito é o ser político mais importante do município. Dando
189 continuidade aos trabalhos, com a palavra, o Vereador Marcel Silvano comentou que
190 sobre a legalidade, o requerimento é uma proposta de renúncia de receita, que tem a

Página 5 de 10



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

191 vedação por conta do processo eleitoral, e é uma pauta que dialoga com a necessidade de
192 encontrar junto às instituições de ensino particular, caminhos para a manutenção dos
193 empregos e garantir também sobrevida a várias dessas instituições que estão encontrando
194 dificuldades inquestionáveis. Expôs que o ex-Secretário de Educação tem relação
195 profunda com a rede particular de ensino, e com esse requerimento pode parecer que a
196 Câmara está legislando para beneficiar o ex-Secretário de Educação e sua rede de ensino,
197 sua escola particular. Acha isso perigoso, mas também acha que a Câmara não pode
198 deixar de se posicionar. Sugeriu que os representantes das escolas da rede particular
199 provoquem esse debate junto ao Prefeito para que ele crie um plano de auxílio para a
200 manutenção dos empregos da rede particular de ensino do Município de Macaé. Nesse
201 plano, pode haver medidas como as que o vereador está sugerindo, medidas de incentivo
202 econômico, de auxílio de crédito etc. Frisou que o Vereador Marvel Maillet apresenta um
203 requerimento que tem relevância, mas não é requerimento que traz o conjunto das ações
204 necessárias, só aponta. O Sr. Presidente, Dr. Eduardo falou a Marvel Maillet que coloque
205 seu requerimento em 2021 porque a Lei das Eleições nº 9.504, artigo 73, impede esse tipo
206 de lei no processo eleitoral. Sabe que não foi o intuito de Marvel Maillet, mas quando um
207 vereador apresenta um projeto como esse, ele pode induzir a população a entender que
208 quem defende a legalidade está sendo contra a população. Fica a impressão de que o
209 “Vereador Marvel Maillet quer tirar o IPTU, mas a Câmara não quer”. Falou que o bom
210 entendimento é que a Câmara não trabalhe contra ela. Em Questão de Ordem, Marvel
211 Maillet disse que sua intenção é sempre ajudar, assim como os demais vereadores.
212 Explicou que fez esse requerimento porque foi ao encontro de outros que já haviam sido
213 apresentados. O comércio é particular e o prefeito autorizou uma renda para os
214 funcionários do comércio, e no seu entendimento isso também não poderia, pois estão em
215 ano eleitoral. Comentou que Paulo Antunes apresentou requerimento de ajuda financeira
216 para os taxistas e eles também são da iniciativa privada e o recurso será retirado do
217 município. Então, tem o mesmo sentido ter essa isenção de taxa em 2021. Em Questão de
218 Ordem, Paulo Antunes falou que é um pouco diferente porque Marvel Maillet pede a
219 isenção. Sobre os taxistas, esclareceu que seu requerimento para o prefeito foi para que
220 desse uma ajuda e isso é diferente de *abrir mão* de receita. Mas se o Vereador Marvel
221 Maillet acha que pode expor os colegas vereadores, tudo bem. Continua com sua posição.
222 Em Questão de Ordem, Marvel Maillet esclareceu que não quer expor ninguém. A sua
223 intuição (sic) é a mesma dos outros vereadores, ou seja, tentar de alguma forma ajudar
224 todas as classes e não fazer injustiça. E votará em todos os requerimentos de vereadores
225 que solicitarem isso. Dr. Luiz Fernando explicou que “renúncia de receita” é deixar de
226 arrecadar, é inconstitucional, e o entendimento de Paulo Antunes está perfeito. Expôs que
227 renúncia de receita é diferente de solicitar ajuda. “Renúncia de receita” é crime, mas
228 “ajuda” não é. São coisas totalmente diferentes e com amparo do Código Tributário

Página 6 de 10



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

229 Nacional em que consta que a União, estados e municípios não poderão *abrir mão* de suas
230 receitas por meio de renúncia. Lembrou-se da situação dos Estados do Espírito Santo e
231 do Rio de Janeiro, em que o primeiro colocava o ICMS mais barato para que as empresas
232 saíssem do Rio de Janeiro e fossem se estabelecer lá. Isso gerou um entrave judicial e a
233 União teve que intervir. A renúncia jamais poderá ser feita. Renúncia é uma coisa, ajuda
234 é outra. Em Votação Nominal, o Requerimento nº 383/2020 foi aprovado com os votos
235 favoráveis dos Vereadores: Marcel Silvano da Silva Souza, Marvel Paolino Maillet,
236 Nilton César Moreira Pereira, Renata Thomaz de Oliveira e Robson Oliveira Constantino;
237 com os votos contrários dos Vereadores: Alan Mansur Pereira, Cristiano de Almeida
238 Silveira, George Coutinho Jardim e Paulo Fernando Martins Antunes; e com a abstenção
239 dos Vereadores: Dr. Luiz Fernando Borba Pessanha, Dr. Márcio Soares Bittencourt, Júlio
240 César de Barros e Valdemir da Silva Souza. Em Questão de Ordem, Julinho do Aeroporto
241 expôs que segundo levantamento feito por seu colaborador Numa, havia na Rua 62 um
242 total de 56 pontos apagados e ontem a equipe de iluminação esteve no local, a partir de
243 uma hora da manhã, ficaram até as 5 horas e conseguiram finalizar alguns pontos,
244 restando ainda 34. É possível que façam hoje, também farão no Eldorado e bairros
245 adjacentes. Agradeceu à equipe de iluminação e ao Numa por ter ficado até as 5 horas da
246 manhã, acompanhando os trabalhos na Rua 62. Em Questão de Ordem, Marcel Silvano
247 solicitou atenção do Presidente, da Mesa Diretora para o seu Projeto de Lei de nº 29/2020,
248 que trata da questão dos créditos consignados dos servidores, pois está faltando o parecer
249 da Comissão de Finanças e Orçamento. Falou que o projeto é de apoio a servidores que
250 estão com dificuldades financeiras. Solicitou à Mesa esse entendimento e que descubra
251 onde está o Projeto e qual comissão ainda não deu parecer. O Sr. Presidente disse que a
252 Secretaria já pediu para a Comissão de Finanças e Orçamento e ela só precisa enviar.
253 Falou que sua pessoa pediu, publicamente, que a Comissão de Finanças e Orçamento
254 mande o Projeto de Lei do Vereador Marcel Silvano para colocarem em votação. Em
255 Questão de Ordem, Julinho do Aeroporto disse que o problema está lançado. Existe um
256 requerimento de sua autoria que foi votado e aprovado por esta Casa e agora o Vereador
257 Marcel Silvano fez um Projeto de Lei em cima do seu requerimento. Se isso prevalecer
258 (*sic*), em todos os requerimentos apresentados pelos vereadores os outros vereadores
259 poderão fazer projeto de lei em cima do requerimento do vereador. Outro ponto é que
260 esse projeto de lei é inconstitucional. O Supremo Tribunal Federal deu a
261 inconstitucionalidade desse projeto. Deu exemplo da Câmara se ela resolvesse suspender
262 o pagamento das parcelas que foram feitos em algum banco. É inconstitucional. *Como a*
263 *prefeitura ou a câmara vai intervir em uma instituição financeira?* Então há 2 problemas:
264 primeiro porque é requerimento de sua autoria e foi aprovado nesta Casa e o vereador
265 entra com um projeto de lei; e segundo, é a inconstitucionalidade. Pediu para suporem
266 que amanhã ele resolva fazer um projeto de lei em cima de requerimentos, *qual vai ser a*

Página 7 de 10



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

267 *posição da Mesa Diretora? É complicado e precisam ter esse entendimento. O Sr.*
268 *Presidente disse ao Vereador Julinho do Aeroporto que também entende que seja*
269 *inconstitucional. Precisam do parecer da Comissão de Justiça e Redação dizendo da*
270 *inconstitucionalidade. Se der parecer negativo, o projeto nem entra. Mas é preciso ter os*
271 *pareceres, senão impede o trabalho do vereador. Em Questão de Ordem, Paulo Antunes*
272 *disse que entende que o Vereador Julinho do Aeroporto está preocupado porque ele fez*
273 *um requerimento com esse teor e o Vereador Marcel Silvano fez um Projeto de Lei em*
274 *cima do requerimento dele, e é isso que ele está reclamando. Falou que Julinho está*
275 *preocupado porque se a *moda pega* vai ficar uma guerra entre os 17 vereadores. Em*
276 *Questão de Ordem, Julinho do Aeroporto disse que não está impedindo o trabalho do*
277 *vereador pela Comissão, e se o Presidente quiser trocar o presidente da Comissão também*
278 *pode trocar, só que queria entender se existe legalidade quando há um requerimento*
279 *votado e aprovado por esta Casa, se outro vereador pode fazer um projeto de lei com o*
280 *mesmo teor. Só queria tirar essa dúvida. Se isso prevalecer, certamente amanhã vai pegar*
281 *todos os requerimentos de alguns vereadores e vai fazer um projeto de lei também. É*
282 *aquele negócio que o Presidente fala: “*se calanca pode, por que calanca pode?*” Com a*
283 *palavra, o Sr. Presidente esclareceu que não falou que o Vereador Julinho do Aeroporto*
284 *estava impedindo. O que falou é que se as comissões não derem parecer, os projetos dos*
285 *vereadores ficam impedidos. Então se a Comissão entende que não procede, ela dá o*
286 *parecer negativo e assim não entra no plenário. Se as Comissões de Justiça e Redação e*
287 *de Finanças e Orçamento derem parecer negativo não entrará no plenário. Falou que*
288 *entende que o parecer deveria ser negativo, pois acha que é inconstitucional. Mas também*
289 *não há no Regimento Interno e na Lei Orgânica nada que impeça esse tipo de atitude de*
290 *pegar requerimento de um outro vereador e transformar em projeto de lei. Falou que é só*
291 *a Comissão dar parecer negativo e não entrará no plenário. O que não pode é sua pessoa*
292 *depois ser chamado de ditador porque faz o que quer. E assim, não pode impedir pois não*
293 *há nada na Lei Orgânica nem no Regimento Interno sobre isso. Se há Comissão na Casa,*
294 *ela tem que dar o parecer. Em Questão de Ordem, Marcel Silvano disse que no momento*
295 *que o Vereador Julinho do Aeroporto apresentou o requerimento, foi discutido e sua*
296 *pessoa disse que já estava com o projeto protocolado. Quando votou a favor do*
297 *requerimento de Julinho, disse que não havendo manifestação do Executivo, iria dar*
298 *prosseguimento ao projeto de lei que havia apresentado. Explicou que são instrumentos*
299 *com forças diferentes. Um requerimento sem resposta e sem reação do Executivo deve e*
300 *merece que o Legislativo trate dele como projeto de lei. É seu entendimento em*
301 *requerimentos que caibam isso. Esse, na sua avaliação, cabe. Na sua avaliação, o projeto*
302 *de lei não desrespeita o Vereador Julinho do Aeroporto, não é deslealdade. Apenas é uma*
303 *outra ferramenta legislativa com uma outra força. É apenas isso e as Comissões precisam*
304 *dar os pareceres e isso é algo que tem direito, mas está engavetado. Em Questão de*

Página 8 de 10



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ
Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011
TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

305 Ordem, Paulo Antunes sugeriu verificar se a prefeitura já atendeu o requerimento do
306 Vereador Julinho do Aeroporto. Se já entendeu, não é justo o Vereador Marcel Silvano
307 continuar com o projeto. Falou ao Vereador Julinho do Aeroporto que vai tentar ver isso,
308 se ele permitir. Em Questão de Ordem, Julinho do Aeroporto disse que continua sem
309 entender a posição do Presidente desta Casa quando ele disse que não pode impedir que
310 vereador cumpra com essas finalidades. Realmente o regimento não diz isso, mas se
311 entender que amanhã sua pessoa resolva fazer um projeto de lei e se ele for dado como
312 inconstitucional pode acontecer aquela máxima: *“olha, o vereador tal deu parecer*
313 *contrário a um projeto, é importante para a sociedade”*, vai acontecer como aconteceu
314 com o presidente, num momento não muito distante em relação aos professores e assim
315 sucessivamente. Vai acontecer como aconteceu com o Vereador Danilo Funke, quando
316 ele quase sofreu um processo de cassação. Falou que continua sem entender e se o
317 presidente quiser trocar o presidente da Comissão, pode ficar à vontade porque ele não
318 dará parecer, não, pois isso vai de encontro (sic) a seu requerimento. Sobre a colocação
319 do Vereador Paulo Antunes, disse que a prefeitura não vai atender porque é
320 inconstitucional. O Supremo Tribunal Federal deu liminar suspendendo a ação colocada
321 pelo Congresso. Em Questão de Ordem, Marcel Silvano disse que aceita o desafio do
322 Vereador Paulo Antunes. Comprometeu-se em retirar seu projeto de lei se o governo já
323 tiver cumprido o requerimento de Julinho do Aeroporto. Comentou que quando Julinho
324 encaminhou o requerimento ele não achava que era ilegal, senão ele não o faria. Se o
325 governo atendeu ao requerimento de Julinho, sua pessoa para a tramitação do projeto de
326 lei e pede para retirar. Explicou que o parecer é do relator e ele já deu. Então o presidente
327 da Comissão vota e deixa o projeto tramitar. Ele não é dono da Comissão, nem da pauta,
328 nem da Câmara. Na sua avaliação, a interpretação do poder de um presidente de Comissão
329 está exagerada, independentemente de qual seja ela. O Sr. Presidente disse que os
330 pareceres que não tiverem sido dados, podem nomear alguém *ad hoc* para dar o parecer.
331 Se o vereador tivesse votado, impediria essa discussão e a matéria nem viria a plenário.
332 Em Questão de Ordem, Julinho do Aeroporto disse que diante dos fatos, renuncia à
333 Presidência da Comissão e o Presidente pode tomar a atitude que achar melhor. Expôs
334 que o Supremo Tribunal Federal concedeu uma liminar que suspendeu os efeitos da lei
335 que impede a cobrança de parcela do crédito consignado por 120 dias. Explicou que fez
336 requerimento e o governo certamente entendeu que é inconstitucional atendê-lo. Disse
337 que não é dono de Comissão nem de nada, é apenas responsável por seu mandato. Prefere
338 que o Presidente da Casa o retire dessa Comissão. O Sr. Presidente Dr. Eduardo disse que
339 o vereador pediu e ele aceita. Falou que entende que quando o Vereador Julinho do
340 Aeroporto tem convicção que é irregular, devia dar o parecer como irregular,
341 inconstitucional e assim não estaria se furtando de suas funções de Presidente da
342 Comissão. Em Questão de Ordem, Dr. Luiz Fernando disse que o relator já deu parecer

Página 9 de 10



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

Macaé Capital do Petróleo
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA
REVISÃO-REDAÇÃO

343 contrário pela inconstitucionalidade do projeto. Esse é seu parecer e nada pessoal, na
344 Comissão o parecer é técnico. Em Questão de Ordem, Marcel Silvano disse que é isso
345 mesmo, o Vereador Dr. Luiz Fernando já encaminhou o parecer. Acrescentou que há
346 divergências sobre o parecer, os outros vereadores da Comissão podem divergir ou
347 concordar também, isso é do processo legislativo, é o natural. Se o Vereador Julinho do
348 Aeroporto tinha tanta convicção de que era inconstitucional, então não encaminhasse o
349 requerimento. É divergente a posição sobre essa pauta no Congresso Nacional e no
350 Judiciário. É um debate longo. Acrescentou que se disponibiliza a assumir a Presidência
351 da Comissão de Constituição e Justiça, sem problema nenhum, até 31 de dezembro, se o
352 Vereador Julinho do Aeroporto mantiver sua renúncia. Em Questão de Ordem, Julinho
353 do Aeroporto disse a Marcel Silvano que seu requerimento foi encaminhado para a
354 prefeitura no dia 16 de junho e o parecer do Supremo Tribunal Federal foi um pouco
355 depois. Registrou que *abre mão* da Comissão, está em campanha e não vai ter tempo de
356 ficar discutindo os pormenores. O Sr. Presidente disse que o Vereador Julinho do
357 Aeroporto está pedindo a renúncia da Comissão. Sendo assim, é obrigado a indicar outro
358 e acha que tem que votar no plenário. Em Questão de Ordem, Dr. Márcio Bittencourt
359 perguntou se neste caso o suplente da Comissão assume. O Sr. Presidente disse que vai
360 verificar como fica. Pela Ordem, Paulo Antunes disse que é para decidir sobre a Comissão
361 em outra sessão, pois já estourou o tempo. O Sr. Presidente concordou. O 1º Secretário,
362 Dr. Márcio Bittencourt, disse que o outro requerimento é de Guto Garcia, mas ele não
363 está presente. O Sr. Presidente atendeu ao requerimento de Julinho do Aeroporto e pediu
364 um minuto pelo falecimento do Sr. Hélio Inácio da Silva. Após, não havendo mais nada
365 a ser tratado, o Sr. Presidente, em nome de Deus, encerrou a Sessão determinando a
366 lavratura da presente Ata, conforme segue, regimentalmente assinada, estando a gravação
367 integral da sessão à disposição em meio digital.